

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial -	55
---------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações Unidade</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	880.653.030
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>880.653.030</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	1
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	16.686.310	12.452.644
1.01	Ativo Circulante	4.041.318	4.417.515
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	786.394	938.375
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	705.878
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	705.878
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	0	705.878
1.01.03	Contas a Receber	2.131.549	2.039.712
1.01.03.01	Clientes	2.131.549	2.039.712
1.01.04	Estoques	13.589	10.266
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.212	65.119
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.212	65.119
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	503	667
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	89.709	64.452
1.01.07	Despesas Antecipadas	35.407	29.308
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	984.167	628.857
1.01.08.03	Outros	984.167	628.857
1.01.08.03.01	Outros créditos	380.868	263.841
1.01.08.03.02	Derivativos	125.389	22.459
1.01.08.03.06	Ativo financeiro setorial	477.910	342.557
1.02	Ativo Não Circulante	12.644.992	8.035.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.108.821	5.640.766
1.02.01.04	Contas a Receber	79.316	67.701
1.02.01.04.01	Clientes	79.316	67.701
1.02.01.07	Tributos Diferidos	333.617	311.368
1.02.01.07.02	Créditos fiscais diferidos	333.617	311.368
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.463	1.224
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.689.425	5.260.473
1.02.01.10.03	Derivativos	327.259	621.184
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	395.422	396.854
1.02.01.10.06	Outros tributos a compensar	90.413	74.098
1.02.01.10.07	Ativo financeiro da concessão	4.599.778	4.159.774
1.02.01.10.08	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	4.087.795	0
1.02.01.10.10	Outros créditos	7.812	8.563
1.02.01.10.11	Ativo financeiro setorial	180.946	0
1.02.04	Intangível	2.536.171	2.394.363
1.02.04.01	Intangíveis	2.536.171	2.394.363
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.799.293	1.807.257
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	736.878	587.106

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	16.686.310	12.452.644
2.01	Passivo Circulante	3.607.019	3.162.857
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	61.481	42.986
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	61.481	42.986
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	61.481	42.986
2.01.02	Fornecedores	1.663.795	1.627.663
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.663.795	1.627.663
2.01.03	Obrigações Fiscais	525.614	411.493
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	241.795	103.244
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	155.149	5.247
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	13.051	12.378
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	60.459	57.345
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	13.136	12.718
2.01.03.01.05	IRRF sobre Juros sobre o Capital Proprio	0	15.556
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	281.706	305.905
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	281.706	305.905
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.113	2.344
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	2.113	2.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	541.081	162.709
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	525.236	149.590
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	77.334	73.928
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	447.902	75.662
2.01.04.02	Debêntures	15.845	13.119
2.01.04.02.01	Debêntures	15.845	13.119
2.01.05	Outras Obrigações	815.048	918.006
2.01.05.02	Outros	815.048	918.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	230.843
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência Privada	250.139	154.688
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	467.743	490.999
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	97.166	41.476
2.02	Passivo Não Circulante	11.689.843	8.450.496
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.569.007	6.098.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.371.043	3.934.741
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	893.151	888.686
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.477.892	3.046.055
2.02.01.02	Debêntures	2.197.964	2.163.292
2.02.01.02.01	Debêntures	2.197.964	2.163.292
2.02.02	Outras Obrigações	5.981.613	2.210.512
2.02.02.02	Outros	5.981.613	2.210.512
2.02.02.02.03	Entidade de Previdência Privada	1.860.216	2.011.934
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	29.919	21.552
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial	0	169.698
2.02.02.02.10	Fornecedores	3.683	7.328
2.02.02.02.11	PIS/COFINS devolução consumidores	4.087.795	0
2.02.04	Provisões	139.223	141.951

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.223	141.951
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.306	3.098
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.332	72.655
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	59.815	65.438
2.02.04.01.05	Outros	770	760
2.03	Patrimônio Líquido	1.389.448	839.291
2.03.01	Capital Social Realizado	1.343.323	1.325.848
2.03.02	Reservas de Capital	109.292	126.767
2.03.02.07	Outros	109.292	126.767
2.03.04	Reservas de Lucros	848.885	848.885
2.03.04.01	Reserva Legal	171.913	171.913
2.03.04.11	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	676.972	676.972
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	556.676	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.468.728	-1.462.209

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.481.454	6.640.062	2.447.372	5.083.610
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.810.578	-5.392.173	-2.064.524	-4.145.914
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-2.263.416	-4.365.713	-1.640.300	-3.345.345
3.02.02	Custo de Operação - Amortização	-66.256	-131.799	-61.748	-122.923
3.02.03	Custo de Operação - Outros	-177.028	-343.898	-146.428	-290.601
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-303.878	-550.763	-216.048	-387.045
3.03	Resultado Bruto	670.876	1.247.889	382.848	937.696
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-186.429	-347.564	-174.730	-342.971
3.04.01	Despesas com Vendas	-97.988	-176.887	-81.653	-161.032
3.04.01.01	Amortização	-523	-1.052	-324	-675
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-42.025	-65.590	-28.695	-50.785
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-55.440	-110.245	-52.634	-109.572
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-81.062	-162.618	-89.297	-171.850
3.04.02.01	Amortização	-10.618	-20.350	-11.152	-20.157
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-70.444	-142.268	-78.145	-151.693
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.379	-8.059	-3.780	-10.089
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-7.379	-8.059	-3.780	-10.089
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	484.447	900.325	208.118	594.725
3.06	Resultado Financeiro	-12.293	-43.413	35.323	126.950
3.06.01	Receitas Financeiras	91.918	173.034	87.209	255.352
3.06.02	Despesas Financeiras	-104.211	-216.447	-51.886	-128.402
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	472.154	856.912	243.441	721.675
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-162.291	-300.236	-86.507	-256.082
3.08.01	Corrente	-292.282	-319.126	0	2.155
3.08.02	Diferido	129.991	18.890	-86.507	-258.237
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	309.863	556.676	156.934	465.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	309.863	556.676	156.934	465.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,35	0,63	0,18	0,53

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	309.863	556.676	156.934	465.593
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-3.139	-6.519	-3.927	194.398
4.02.01	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-3.139	-6.519	-3.927	25.357
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	169.041
4.03	Resultado Abrangente do Período	306.724	550.157	153.007	659.991

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.627	1.050.210
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.184.658	957.930
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	856.912	721.674
6.01.01.02	Amortização	153.201	143.755
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.869	21.753
6.01.01.04	Encargos Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	5.569	-50.109
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	6.492	8.389
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.590	50.785
6.01.01.11	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	80.025	61.683
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.162.031	92.280
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-168.705	310.497
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-41.408	53.745
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	5.421	-5.143
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	-46.578	4.917
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	-299.847	18.100
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-152.149	-132.150
6.01.02.11	Fornecedores	32.488	-211.283
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-169.224	-47.494
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	-35.781	138.549
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-136.292	-66.271
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-82.861	-93.146
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	55.690	52.457
6.01.02.17	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-27.259	-68.975
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	-182.843	0
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	-3.886	32.273
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	91.203	106.204
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	144.002	-654.265
6.02.05	Adições Ativo contratual	-555.992	-356.941
6.02.06	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	0	-599.998
6.02.07	Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	699.994	302.674
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-318.610	1.842.992
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	2.220.856
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Líquido de Derivativos	-108.386	-341.208
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	20.619	93.344
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-230.843	-130.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-151.981	2.238.937
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	938.375	692.337
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	786.394	2.931.274

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.325.848	126.767	848.885	0	-1.462.209	839.291
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	556.676	-6.519	550.157
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	556.676	0	556.676
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.519	-6.519
5.07	Saldos Finais	1.343.323	109.292	848.885	556.676	-1.468.728	1.389.448

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.308.373	144.242	1.251.953	0	-1.182.147	1.522.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17.475	-17.475	-576.335	0	0	-576.335
5.04.01	Aumentos de Capital	17.475	-17.475	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-576.335	0	0	-576.335
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	465.593	194.399	659.992
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	465.593	0	465.593
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	194.399	194.399
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	25.357	25.357
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	169.042	169.042
5.07	Saldos Finais	1.325.848	126.767	675.618	465.593	-987.748	1.606.078

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	9.999.347	7.810.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.515.501	7.475.454
7.01.02	Outras Receitas	549.436	385.331
7.01.02.01	Receita Relativa a construção da infraestrutura de concessão	549.436	385.331
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-65.590	-50.785
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.719.273	-4.419.158
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.841.378	-3.722.651
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-746.938	-576.171
7.02.04	Outros	-130.957	-120.336
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.280.074	3.390.842
7.04	Retenções	-154.119	-144.521
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-154.119	-144.521
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.125.955	3.246.321
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	182.177	263.111
7.06.02	Receitas Financeiras	182.177	263.111
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.308.132	3.509.432
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.308.132	3.509.432
7.08.01	Pessoal	288.473	256.174
7.08.01.01	Remuneração Direta	123.701	113.843
7.08.01.02	Benefícios	155.331	133.111
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.441	9.220
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.239.059	2.653.905
7.08.02.01	Federais	1.746.792	1.397.189
7.08.02.02	Estaduais	1.487.820	1.252.488
7.08.02.03	Municipais	4.447	4.228
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	223.924	133.760
7.08.03.01	Juros	222.828	132.740
7.08.03.02	Aluguéis	1.096	1.020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	556.676	465.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	556.676	465.593

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2021	2020	%	2021	2020	%
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>5.182.485</b>	<b>3.784.858</b>	<b>36,9%</b>	<b>10.064.937</b>	<b>7.860.786</b>	<b>28,0%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.418.214	2.760.678	23,8%	7.101.538	6.109.324	16,2%
Suprimento de energia elétrica	275.035	111.228	147,3%	358.569	231.299	55,0%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	303.210	215.029	41,0%	549.436	385.332	42,6%
Outras receitas operacionais	806.896	524.778	53,8%	1.572.705	1.152.931	36,4%
Ativo e passivo financeiro setorial	379.131	173.145	119,0%	482.690	(18.100)	-2766,8%
Deduções da receita operacional	(1.701.030)	(1.337.486)	27,2%	(3.424.875)	(2.777.176)	23,3%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.481.454</b>	<b>2.447.372</b>	<b>42,3%</b>	<b>6.640.062</b>	<b>5.083.610</b>	<b>30,6%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(2.263.416)</b>	<b>(1.640.300)</b>	<b>38,0%</b>	<b>(4.365.713)</b>	<b>(3.345.345)</b>	<b>30,5%</b>
Energia comprada para revenda	(1.785.226)	(1.443.352)	23,7%	(3.358.582)	(2.880.680)	16,6%
Encargo de uso do sist transm distrib	(478.190)	(196.948)	142,8%	(1.007.131)	(464.665)	116,7%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(733.591)</b>	<b>(598.953)</b>	<b>22,5%</b>	<b>(1.374.024)</b>	<b>(1.143.541)</b>	<b>20,2%</b>
Pessoal	(107.698)	(99.013)	8,8%	(209.806)	(199.758)	5,0%
Entidade de previdência privada	(40.012)	(30.445)	31,4%	(80.025)	(61.683)	29,7%
Material	(20.372)	(19.391)	5,1%	(40.208)	(37.910)	6,1%
Serviço de terceiros	(105.847)	(97.414)	8,7%	(207.541)	(187.509)	10,7%
Amortização	(77.397)	(73.224)	5,7%	(153.201)	(143.755)	6,6%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(303.210)	(215.029)	41,0%	(549.436)	(385.332)	42,6%
Outros	(79.057)	(64.437)	22,7%	(133.808)	(127.594)	4,9%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>484.447</b>	<b>208.119</b>	<b>132,8%</b>	<b>900.324</b>	<b>594.724</b>	<b>51,4%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(12.293)</b>	<b>35.322</b>	<b>-134,8%</b>	<b>(43.413)</b>	<b>126.950</b>	<b>-134,2%</b>
Receitas financeiras	91.918	87.208	5,4%	173.034	255.352	-32,2%
Despesas financeiras	(104.211)	(51.886)	100,8%	(216.447)	(128.402)	68,6%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>472.154</b>	<b>243.441</b>	<b>94,0%</b>	<b>856.912</b>	<b>721.675</b>	<b>18,7%</b>
Contribuição social	(44.330)	(22.860)	93,9%	(80.961)	(67.719)	19,6%
Imposto de renda	(117.961)	(63.647)	85,3%	(219.274)	(188.362)	16,4%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>309.863</b>	<b>156.934</b>	<b>97,4%</b>	<b>556.676</b>	<b>465.593</b>	<b>19,6%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>561.844</b>	<b>281.343</b>	<b>99,7%</b>	<b>1.053.525</b>	<b>738.479</b>	<b>42,7%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 2º trimestre de 2021 foi de R\$ 5.182.485, apresentando aumento de 36,9% (R\$ 1.397.627) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 4.879.275, apresentando aumento de 36,7% (R\$ 1.309.446) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 23,8% (R\$ 657.536), principalmente pela (i) aumento de 20,7% na tarifa média (R\$ 556.784) decorrente do reajuste tarifário de abril de 2021 de 8,95% (percepção dos consumidores), e ao reajuste tarifário de 2020 de 6,05% iniciado apenas em agosto 2020 em decorrência da postergação devido a pandemia do coronavírus (COVID-19), associado ao aumento de 4,69% na aplicação da bandeira tarifária (amarela/vermelha patamar 1 e 2 no 2º trimestre de 2021 comparada com verde no 2º trimestre de 2020) e (ii) aumento de 3,0% (R\$ 100.752) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 147,3% (R\$ 163.807), composta principalmente por: (i) aumento na venda de energia elétrica de curto prazo (operações realizadas na CCEE) (R\$ 162.101) em decorrência do aumento na tarifa média em função do aumento do preço de liquidação de diferenças ("PLD") e (ii) aumento de venda para outras concessionárias (R\$ 1.706).
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 53,8% (R\$ 282.118) basicamente pelos aumentos em: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD (R\$ 166.170) em função do reajuste tarifário de abril de 2021 e pelo aumento no volume de energia transportada em 37,2%; (ii)

## Comentário do Desempenho

atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 113.745) decorrente da variação do indexador (IPCA); (iii) outras receitas e rendas (R\$ 13.295); compensado pela redução (iv) baixa renda, descontos tarifários e subvenção de bandeiras tarifárias (CCRBT) com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 8.257), associado ao aumento (v) compensações pagas pelo não cumprimento de indicadores técnicos (R\$ 2.834).

- iv. Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento na receita de 119,0% (R\$ 205.986) basicamente pelo aumento do saldo de ativos com destaques em: (i) diferimento de custo de energia, ESS/EER, outros componentes financeiros, rede básica, PROINFA e transporte de Itaipu (R\$ 446.919), (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 25.806), compensado pelas reduções (iii) sobrecontratação, neutralidade dos encargos setoriais, repasse de Itaipu, CDE e ajustes de reajustes tarifários (R\$ 266.739).

### Quantidade de energia vendida

No 2º trimestre de 2021, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou crescimento de 6,7% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Esse crescimento se deve ao bom desempenho das principais classes de consumo, sendo que os crescimentos das classes comercial e industrial refletem principalmente o período de intensa restrição à atividade econômica ocorrido no 2º trimestre de 2020 devido à pandemia da covid-19.

O consumo da classe residencial que representa 50,2% do total do mercado fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 4,9% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o efeito do incremento da quantidade de unidades consumidoras.

A classe comercial, que representa 17,6% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 7,1% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

A classe industrial, que representa 10,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de 16,9% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim como a classe comercial, esse crescimento da classe industrial também reflete principalmente o período de intensa restrição no 2º trimestre de 2020 causada pela pandemia da covid-19.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 22,2% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 6,5% no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a resultados positivos nas classes rural (crescimento de 17,6%) e poder público (crescimento de 11,1%).

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve aumento de 15,1% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de 4,9% no residencial, 13,7% no comercial, 29,8% no industrial e 7,6% nas demais classes de consumo.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2021 foram de R\$ 1.701.030 apresentando aumento de 27,2% (R\$ 363.544) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pelos aumentos em: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 247.091) em função do aumento na base de cálculo; (ii) CDE (R\$ 69.347) principalmente em função do aumento da cota CDE em 2021; (iii) Bandeiras Tarifárias (R\$ 31.060); (iv) Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 8.341); (v) PROINFA (R\$ 6.395); (vi) outros (R\$ 1.311).

### Custo com energia elétrica

No 2º trimestre de 2021 o custo com energia elétrica foi de R\$ 2.263.416 apresentando aumento de 38,0% (R\$ 623.116) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A variação deve-se basicamente a:

**Energia comprada para revenda:** aumento de 23,7% (R\$ 341.874) em função: (i) aumento de 21,4% no preço médio (R\$ 340.079) justificado pelo aumento na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo decorrente do aumento do PLD no 2º trimestre de 2021; (ii) aumento de 1,6% (R\$ 30.715) no volume de energia

## Comentário do Desempenho

comprada; compensado (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 28.771) e (iv) ressarcimento de geradoras (R\$ 149).

**Encargos do uso do sistema de distribuição:** aumento de 142,8% (R\$ 281.242), impactado principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 201.999) decorrente principalmente de um maior acionamento de UTEs fora de ordem de mérito por motivo de “segurança energética”; (ii) encargos de rede básica (R\$ 111.473) em função do reajuste tarifário das Transmissoras e novos pontos de instalações de transmissões (iii) encargos de transporte de Itaipu (R\$ 6.173); (iv) encargos de conexão (R\$ 1.029), compensado (v) crédito de PIS e COFINS (R\$ 28.666) e (vi) encargos de energia de reserva (R\$ 11.673).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 733.591 no 2º trimestre de 2021, apresentando aumento de 22,5% (R\$ 134.638) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 430.381, apresentando aumento de 12,1% (R\$ 46.457).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

#### ➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 352.986 neste trimestre, aumento de 13,6% (R\$ 42.286) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 8,8% (R\$ 8.685) principalmente pelos efeitos do acordo coletivo.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 31,4% (R\$ 9.567), pelos registros dos impactos do laudo atuarial.
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 8,7% (R\$ 8.433), principalmente em: (i) poda de árvore (R\$ 5.135); (ii) call center (R\$ 2.316) e (iii) manutenção de hardware/software (R\$ 1.072).
- iv. **Outros:** aumento de 22,7% (R\$ 14.620), principalmente por: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 13.330); (ii) perda/ganho com alienação, desativação e outros de ativos não circulante (R\$ 3.708); (iii) programa de iniciação ao trabalho (R\$ 645); (iv) taxa de acompanhamento de obras (R\$ 470), compensado por (v) recuperação de despesas (R\$ 3.973).

### Amortização:

Aumento de despesa de amortização de 5,7% (R\$ 4.173), em função do acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR).

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 12.293, variação de 134,8% (R\$ 47.615) em relação a receita apresentada no mesmo trimestre do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** aumento de 5,4% (R\$ 4.710), principalmente pelos aumentos em: (i) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 7.880); (ii) atualização de créditos fiscais (R\$ 4.752); (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 4.697); (iv) outras receitas financeiras (R\$ 2.083), compensado parcialmente por: (v) rendas de aplicações financeiras (R\$ 12.999) e (vi) PIS e COFINS – sobre outras receitas financeiras (R\$ 1.246).
- ii. **Despesas financeiras:** aumento de 100,8% (R\$ 52.325), principalmente pelos aumentos em: (i) atualização monetárias e cambiais (R\$ 61.608); compensado parcialmente por (ii) encargos de

## Comentário do Desempenho

dívida (R\$ 4.205); (iii) atualização do ativo financeiro setorial (R\$ 2.750) e (iv) outras despesas financeiras (R\$ 1.437).

### **Contribuição Social e Imposto de Renda**

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 2º trimestre de 2021, foram de R\$ 162.291, apresentando aumento de 87,6% (R\$ 75.784) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

### **Resultado líquido do período e EBITDA**

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 2º trimestre de 2021, um lucro líquido de R\$ 309.863 com aumento de 97,4% (R\$ 152.929), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2021, foi de R\$ 561.844, apresentando aumento de 99,7% (R\$ 280.501) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	786.394	938.375
Títulos e valores mobiliários	6	-	705.878
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.131.549	2.039.712
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	503	667
Outros tributos a compensar	8	89.709	64.451
Derivativos	31	125.389	22.459
Ativo financeiro setorial	9	477.910	342.557
Estoques		13.589	10.265
Outros ativos	12	416.276	293.149
<b>Total do circulante</b>		<b>4.041.318</b>	<b>4.417.515</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	79.316	67.701
Depósitos judiciais	21	395.422	396.854
Outros tributos a compensar	8	90.413	74.098
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	4.087.795	-
Ativo financeiro setorial	9	180.946	-
Derivativos	31	327.259	621.184
Créditos fiscais diferidos	10	333.617	311.368
Ativo financeiro da concessão	11	4.599.778	4.159.774
Outros ativos	12	14.276	9.787
Ativo contratual	13	736.878	587.106
Intangível	14	1.799.293	1.807.257
<b>Total do não circulante</b>		<b>12.644.992</b>	<b>8.035.129</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>16.686.310</b>	<b>12.452.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020**  
**(Em milhares de Reais)**

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	15	1.663.795	1.627.663
Empréstimos e financiamentos	16	525.236	149.589
Debêntures	17	15.845	13.119
Entidade de previdência privada	18	250.139	154.688
Taxas regulamentares	19	97.166	41.476
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	155.149	5.247
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	370.465	406.246
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	-	230.843
Obrigações estimadas com pessoal		61.481	42.986
Outras contas a pagar	22	467.743	490.999
<b>Total do circulante</b>		<b>3.607.019</b>	<b>3.162.857</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	15	3.683	7.328
Empréstimos e financiamentos	16	3.371.043	3.934.741
Debêntures	17	2.197.964	2.163.292
Entidade de previdência privada	18	1.860.216	2.011.934
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	139.222	141.951
Passivo financeiro setorial	9	-	169.698
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	4.087.795	-
Outras contas a pagar	22	29.918	21.552
<b>Total do não circulante</b>		<b>11.689.842</b>	<b>8.450.496</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	<b>23</b>		
Capital social		1.343.323	1.325.848
Reserva de capital		109.293	126.767
Reserva legal		171.913	171.913
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		676.972	676.972
Resultado abrangente acumulado		(1.468.728)	(1.462.209)
Lucros acumulados		556.676	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.389.448</b>	<b>839.291</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>16.686.310</b>	<b>12.452.644</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2021		2020	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Receita operacional líquida	25	3.481.454	6.640.062	2.447.372	5.083.610
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	26	(2.263.416)	(4.365.713)	(1.640.300)	(3.345.345)
Custo com operação		(243.284)	(475.697)	(208.176)	(413.524)
Amortização		(66.256)	(131.799)	(61.748)	(122.923)
Outros custos com operação	27	(177.028)	(343.898)	(146.428)	(290.601)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(303.878)	(550.763)	(216.049)	(387.044)
Lucro operacional bruto		670.876	1.247.888	382.847	937.697
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		(97.988)	(176.887)	(81.653)	(161.033)
Amortização		(523)	(1.052)	(324)	(675)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(42.025)	(65.590)	(28.695)	(50.785)
Outras despesas com vendas	27	(55.440)	(110.245)	(52.634)	(109.573)
Despesas gerais e administrativas		(81.062)	(162.618)	(89.297)	(171.850)
Amortização		(10.618)	(20.350)	(11.152)	(20.157)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(70.444)	(142.268)	(78.145)	(151.693)
Outras despesas operacionais		(7.379)	(8.059)	(3.780)	(10.089)
Outras despesas operacionais	27	(7.379)	(8.059)	(3.780)	(10.089)
Resultado do serviço		484.447	900.324	208.119	594.724
Resultado financeiro	28				
Receitas financeiras		91.918	173.034	87.208	255.352
Despesas financeiras		(104.211)	(216.447)	(51.886)	(128.402)
		(12.293)	(43.413)	35.322	126.950
Lucro antes dos tributos		472.154	856.912	243.441	721.674
Contribuição social	10	(44.330)	(80.961)	(22.860)	(67.719)
Imposto de renda	10	(117.961)	(219.274)	(63.647)	(188.362)
		(162.291)	(300.235)	(86.507)	(256.081)
Lucro líquido do período		309.863	556.676	156.934	465.593
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	0,35	0,63	0,18	0,53

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro líquido do período	309.863	556.676	156.934	465.593
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	169.041
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(3.139)	(6.519)	(3.927)	25.357
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>306.724</b>	<b>550.158</b>	<b>153.007</b>	<b>659.991</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2021**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.325.848	126.767	171.913	676.972	(1.462.209)	-	839.291
<b>Resultado abrangente total</b>							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	556.676	556.676
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(6.519)	-	(6.519)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>							
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.343.323</b>	<b>109.293</b>	<b>171.913</b>	<b>676.972</b>	<b>(1.468.728)</b>	<b>556.676</b>	<b>1.389.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de junho de 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de capital de giro	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.308.373	144.242	123.315	109.658	442.645	576.335	(1.182.147)	-	1.522.421
<b>Resultado abrangente total</b>									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	465.593	465.593
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	169.042	-	169.042
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	25.357	-	25.357
<b>Transações de capital com os acionistas</b>									
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(576.335)	-	-	(576.335)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>1.325.848</b>	<b>126.768</b>	<b>123.315</b>	<b>109.658</b>	<b>442.645</b>	<b>-</b>	<b>(987.748)</b>	<b>465.593</b>	<b>1.606.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>856.912</b>	<b>721.674</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	153.201	143.755
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.869	21.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65.590	50.785
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	5.569	(50.109)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	80.025	61.683
Perda (ganho) na baixa de não circulante	6.492	8.389
	<u>1.184.658</u>	<u>957.930</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(168.705)	310.497
Tributos a compensar	(41.408)	53.745
Depósitos judiciais	5.421	(5.143)
Ativo financeiro setorial	(299.847)	18.100
Contas a receber - CDE	(46.578)	4.917
Outros ativos operacionais	(152.149)	(132.150)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	32.488	(211.283)
Outros tributos e contribuições sociais	(35.781)	138.549
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(136.292)	(66.271)
Taxas regulamentares	55.690	52.457
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(27.259)	(68.975)
Passivo financeiro setorial	(182.843)	-
Contas a pagar - CDE	(3.886)	32.273
Outros passivos operacionais	91.203	106.204
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<u>274.712</u>	<u>1.190.850</u>
Encargos de dívida e debêntures pagos	(82.861)	(93.146)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(169.224)	(47.494)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<u>22.627</u>	<u>1.050.210</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(599.998)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	699.994	302.674
Adições de ativo contratual	(555.992)	(356.941)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento</b>	<u>144.002</u>	<u>(654.265)</u>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	-	2.220.856
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(108.386)	(341.208)
Liquidação de operações com derivativos	20.619	93.344
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(230.843)	(130.000)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<u>(318.610)</u>	<u>1.842.992</u>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(151.981)</u>	<u>2.238.937</u>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>938.375</u>	<u>692.337</u>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>786.394</u>	<u>2.931.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

**Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020**  
(Em milhares de reais)

	<b>1º Semestre 2021</b>	<b>1º Semestre 2020</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>9.999.347</b>	<b>7.810.000</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	9.515.501	7.475.454
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	549.436	385.332
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(65.590)	(50.785)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(5.719.273)</b>	<b>(4.419.158)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(4.841.378)	(3.722.651)
2.2 Material	(356.984)	(264.815)
2.3 Serviços de terceiros	(389.954)	(311.356)
2.4 Outros	(130.957)	(120.335)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>4.280.074</b>	<b>3.390.842</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(154.119)</b>	<b>(144.521)</b>
4.1 Amortização	(154.119)	(144.521)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>4.125.955</b>	<b>3.246.321</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>182.177</b>	<b>263.111</b>
6.1 Receitas financeiras	182.177	263.111
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>4.308.132</b>	<b>3.509.432</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>288.473</b>	<b>256.174</b>
8.1.1 Remuneração direta	123.701	113.843
8.1.2 Benefícios	155.331	133.111
8.1.3 F.G.T.S	9.441	9.220
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>3.239.059</b>	<b>2.653.905</b>
8.2.1 Federais	1.746.792	1.397.189
8.2.2 Estaduais	1.487.820	1.252.488
8.2.3 Municipais	4.447	4.227
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>223.924</b>	<b>133.760</b>
8.3.1 Juros	222.828	132.740
8.3.2 Aluguéis	1.096	1.020
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>556.676</b>	<b>465.593</b>
8.4.1 Lucros retidos	556.676	465.593
	<b>4.308.132</b>	<b>3.509.432</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,7 milhões de consumidores.

#### **1.1 Impactos do COVID-19**

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;
- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;

## Notas Explicativas

- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;
- Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão dos cortes por inadimplência para as subclasses residenciais de baixa renda a partir de 1 de abril até 30 de junho de 2021, o qual foi prorrogado até 30 de setembro de 2021, conforme REN nº 936 da ANEEL. Além de regras específicas a serem atendidas para que possam ser efetuados os cortes nas demais classes consumidoras e restrições na cobrança de multa e juros por inadimplência.

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia concluiu que não houveram efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

### Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que

## Notas Explicativas

ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 (“CP35/2020”) no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes informações contábeis intermediárias. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta COVID e da sobrecontratação para o ano de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

### **( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

#### **2.1 Base de preparação**

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

#### **2.2 Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

#### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a

## Notas Explicativas

um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados);
- Nota 8.1 – Tributos a compensar (Critérios e premissas sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

### 2.6 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## (3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## Notas Explicativas

### ( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

#### - Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

#### - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldos bancários	28.650	86.758
Aplicações financeiras	<u>757.744</u>	<u>851.617</u>
Títulos de crédito privado (a)	446.100	827.104
Operações compromissadas (b)	<u>311.644</u>	<u>24.513</u>
<b>Total</b>	<u><b>786.394</b></u>	<u><b>938.375</b></u>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's no montante de R\$ 446.100 (R\$ 827.104 em 31 de dezembro de 2020) realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,01% do CDI (101,63% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

## Notas Explicativas

(b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 84,67% do CDI (80,73% do CDI em 31 de dezembro de 2020), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

### (6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2021	31/12/2020
Aplicação direta	-	705.878
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>705.878</b>

Representava valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), cuja remuneração é equivalente, na média de 100% da SELIC em 31 de dezembro de 202x'0.

### (7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Circulante	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/06/2021	31/12/2020
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	367.589	317.448	56.634	741.670	788.882
Industrial	39.244	28.614	43.694	111.552	103.451
Comercial	74.736	37.369	12.144	124.249	138.268
Rural	38.870	11.407	2.610	52.888	45.213
Poder público	30.257	3.173	4.170	37.599	32.496
Iluminação pública	75.064	725	1.349	77.138	43.491
Serviço público	40.801	5.631	2.955	49.388	60.079
<b>Faturado</b>	<b>666.561</b>	<b>404.366</b>	<b>123.556</b>	<b>1.194.484</b>	<b>1.211.879</b>
Não faturado	705.865	-	-	705.865	731.886
Parcelamento de débito de consumidores	136.289	28.610	20.324	185.223	154.122
Operações realizadas na CCEE	219.881	-	-	219.881	90.849
Concessionárias e permissionárias	7.774	-	-	7.774	6.796
Outros	4	-	-	4	-
	<b>1.736.374</b>	<b>432.976</b>	<b>143.880</b>	<b>2.313.230</b>	<b>2.195.533</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(181.682)	(155.820)
<b>Total</b>				<b>2.131.549</b>	<b>2.039.712</b>
<b>Não circulante</b>					
Parcelamento de débito de consumidores	74.312	-	-	74.312	62.698
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
<b>Total</b>	<b>79.316</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.316</b>	<b>67.701</b>

#### Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(155.820)</b>	<b>(8.223)</b>	<b>(164.044)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(107.771)	(335)	(108.105)
Recuperação de receita	42.515	-	42.515
Baixa de contas a receber provisionadas	39.393	-	39.393
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>(181.682)</b>	<b>(8.559)</b>	<b>(190.241)</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 8 ) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	503	667
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>503</b>	<b>667</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	15.474	9.675
ICMS a compensar	58.918	52.227
Programa de integração social - PIS	3.403	433
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	11.794	1.997
Outros	119	119
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>89.709</b>	<b>64.451</b>
<b>Total circulante</b>	<b>90.211</b>	<b>65.118</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
ICMS a compensar	90.413	74.098
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>90.413</b>	<b>74.098</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>90.413</b>	<b>74.098</b>

## 8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

<b><u>Ativo</u></b>	<u>30/06/2021</u>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS sobre ICMS	729.174
COFINS sobre ICMS	3.358.621
<b>Total não circulante</b>	<b>4.087.795</b>
<b><u>Passivo</u></b>	<u>30/06/2021</u>
<b><u>Não circulante</u></b>	
PIS/COFINS devolução consumidores	4.087.795

## Notas Explicativas

Tendo em vista (i) a recente decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, embora a ação da Companhia ainda não tenha decisão final transitado em julgado, foram reconhecidos os créditos de PIS e COFINS sobre o tema.

Assim, em junho de 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 4.087.795.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que há necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento da ANEEL.

### (9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2020			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 30/06/2021		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>273.602</b>	<b>151.356</b>	<b>424.958</b>	<b>508.855</b>	<b>(208.664)</b>	<b>6.139</b>	<b>524.596</b>	<b>206.691</b>	<b>731.288</b>
CVA (*)									
CDE (**)	(35)	37.628	37.593	22.326	(41.730)	282	1.281	17.191	18.471
Custos energia elétrica	(1.805)	49.118	47.313	(189.683)	2.929	(3.116)	32.150	(174.707)	(142.557)
ESS e EER (***)	100.921	(68.293)	32.627	25.226	46.721	(781)	42.095	61.699	103.794
Proinfa	(756)	(3.618)	(4.375)	16.744	(36)	153	964	11.522	12.486
Rede básica	152.547	29.608	182.155	56.176	(58.297)	1.661	90.718	90.978	181.696
Repasso de Itaipu	217.936	137.956	355.892	390.413	(196.052)	7.678	332.547	225.384	557.931
Transporte de Itaipu	19.858	5.426	25.284	4.194	(8.166)	199	10.668	10.843	21.511
Neutralidade dos encargos setoriais	(86.120)	455	(85.665)	53.541	1.211	(507)	(25.065)	(6.354)	(31.420)
Sobrecontratação	(128.944)	(36.923)	(165.867)	129.917	44.755	570	39.240	(29.864)	9.376
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(251.914)</b>	<b>(185)</b>	<b>(252.099)</b>	<b>177.811</b>	<b>4.688</b>	<b>(2.832)</b>	<b>(55.263)</b>	<b>(17.169)</b>	<b>(72.432)</b>
<b>Total</b>	<b>21.688</b>	<b>151.171</b>	<b>172.859</b>	<b>686.667</b>	<b>(203.977)</b>	<b>3.307</b>	<b>469.333</b>	<b>189.522</b>	<b>658.856</b>
<b>Ativo circulante</b>			342.557						477.910
<b>Ativo não circulante</b>			-						180.946
<b>Passivo não circulante</b>			(169.698)						-

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 10.1 - Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Crédito de contribuição social</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	29.682	31.994
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	58.629	50.427
<b>Subtotal</b>	<b>88.310</b>	<b>82.421</b>
<b>Crédito de imposto de renda</b>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	82.449	88.873
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	162.858	140.074
<b>Subtotal</b>	<b>245.307</b>	<b>228.947</b>
<b>Total</b>	<b>333.617</b>	<b>311.368</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

#### 10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro semestre de 2021 e 2020, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3%.

#### 10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2021		31/12/2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	13.360	37.111	13.541	37.615
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.122	47.560	14.764	41.011
Provisão energia livre	7.457	20.715	7.376	20.490
Programas de P&D e eficiência energética	12.442	34.562	13.108	36.410
Provisão relacionada a pessoal	2.192	6.088	2.435	6.764
Marcação a Mercado- Derivativos	(5.860)	(16.276)	(3.442)	(9.561)
Marcação a Mercado- Dívidas	4.256	11.821	(659)	(1.831)
Derivativos	(35.264)	(97.956)	(55.399)	(153.886)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(1.638)	(4.551)	(1.766)	(4.906)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(107.776)	(299.378)	(90.884)	(252.456)
Perdas atuariais	21.612	60.035	21.612	60.035
Outros	923	2.563	826	2.294
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	130.760	363.222	130.760	363.222
Marcação a Mercado- Derivativos	385	1.071	913	2.536
Marcação a Mercado- Dívidas	(1.342)	(3.728)	(2.759)	(7.663)
<b>Total</b>	<b>58.629</b>	<b>162.858</b>	<b>50.427</b>	<b>140.074</b>

## Notas Explicativas

### 10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020:

	CSLL			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>472.154</b>	<b>856.912</b>	<b>243.441</b>	<b>721.674</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Realização correção monetária complementar	188	395	279	573
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.302)	(1.302)	(1.818)	(1.818)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	20.389	40.755	11.051	29.590
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.126	2.809	1.049	2.418
<b>Base de cálculo</b>	<b>492.555</b>	<b>899.569</b>	<b>254.002</b>	<b>752.437</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(44.330)</b>	<b>(80.961)</b>	<b>(22.860)</b>	<b>(67.719)</b>
Corrente	(78.739)	(85.961)	-	581
Diferido	34.409	5.000	(22.860)	(68.300)

  

	IRPJ			
	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>472.154</b>	<b>856.912</b>	<b>243.441</b>	<b>721.674</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(1.302)	(1.302)	(1.818)	(1.818)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	20.389	40.755	11.051	29.590
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(19.397)	(19.268)	1.914	4.003
<b>Base de cálculo</b>	<b>471.843</b>	<b>877.096</b>	<b>254.588</b>	<b>753.449</b>
Alíquota aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(117.961)</b>	<b>(219.274)</b>	<b>(63.647)</b>	<b>(188.362)</b>
Corrente	(213.543)	(233.164)	-	1.575
Diferido	95.582	13.890	(63.647)	(189.937)

(\*) Programa de incentivo e inovação tecnológica

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### (11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>4.159.774</b>
Transferência - ativo contratual	261.198
Transferência - intangível em serviço	(905)
Ajuste ao valor justo	194.712
Baixas	(15.001)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>4.599.778</b>

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro semestre de 2021, o valor das baixas de R\$ 15.001 (R\$ 7.883 no primeiro semestre de 2020) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 7.024 (R\$ 3.433 no primeiro semestre de 2020) e à baixa do ativo de R\$ 7.977 (R\$ 4.450 no primeiro semestre de 2020).

**Notas Explicativas****( 12 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos - plano de previdência privada	3.094	3.256	5.751	5.751
Cauções, fundos e depósitos vinculados	857	54	-	794
Ordens em curso	185.560	146.508	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	573	573
Serviços prestados a terceiros	18.598	6.956	-	-
Despesas antecipadas	35.407	29.308	6.463	1.224
Contas a receber - CDE (*)	103.952	57.373	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.670	6.547	-	-
Arrendamentos e aluguéis	22.266	21.633	-	-
Outros	41.431	29.738	1.489	1.445
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(8.559)	(8.223)	-	-
<b>Total</b>	<b>416.276</b>	<b>293.149</b>	<b>14.276</b>	<b>9.787</b>

(\*) **Contas a receber – CDE** – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 19.842 (R\$ 12.456 em 31 de dezembro de 2020), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 84.110 (R\$ 44.917 em 31 de dezembro de 2020) (nota 25.3).

**( 13 ) ATIVO CONTRATUAL**

A movimentação abaixo referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>587.106</b>
Adições	563.965
Transferência - Intangível em serviço	(152.995)
Transferência - Ativo financeiro	(261.198)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>736.878</b>

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**( 14 ) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, infraestrutura de distribuição em serviço:

	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço		
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.805.639</b>	<b>1.618</b>	<b>1.807.257</b>
Custo histórico	5.865.713	9.555	5.875.268
Amortização acumulada	(4.060.074)	(7.937)	(4.068.011)
Amortização	(153.795)	(325)	(154.119)
Transferência - ativo contratual	152.995	-	152.995
Transferência - ativo financeiro	905	-	905
Baixa e transferência - outros ativos	(7.744)	-	(7.744)
<b>Saldo em 30/06/2021</b>	<b>1.797.999</b>	<b>1.294</b>	<b>1.799.293</b>
Custo histórico	5.853.252	9.555	5.862.807
Amortização acumulada	(4.055.253)	(8.261)	(4.063.514)

## Notas Explicativas

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 15 ) FORNECEDORES

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Circulante</b>		
Encargos de serviço do sistema	84.798	121.821
Suprimento de energia elétrica	1.080.731	1.030.419
Encargos de uso da rede elétrica	148.216	151.289
Materiais e serviços	227.276	202.908
Energia livre	122.775	121.226
<b>Total</b>	<u><u>1.663.795</u></u>	<u><u>1.627.663</u></u>
<b>Não circulante</b>		
Materiais e serviços	3.683	7.328
<b>Total</b>	<u><u>3.683</u></u>	<u><u>7.328</u></u>

### ( 16 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Amortização</u> <u>principal</u>	<u>Encargos,</u> <u>atualização</u> <u>monetária e</u> <u>marcação a</u> <u>mercado</u>	<u>Atualização</u> <u>cambial</u>	<u>Encargos</u> <u>pagos</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2021</u>
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Moeda nacional</b>						
<b>Pós Fixado</b>						
IPCA	978.388	(37.693)	65.680	-	(21.314)	985.061
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(15.775)</b>	<b>-</b>	<b>1.198</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.577)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Moeda estrangeira</b>						
Dólar	1.612.275	(70.693)	22.263	(73.032)	(22.507)	1.468.305
Euro	1.547.419	-	4.338	(122.227)	(4.413)	1.425.117
Marcação a mercado	(37.977)	-	70.349	-	-	32.372
<b>Total ao valor justo</b>	<u><u>3.121.717</u></u>	<u><u>(70.693)</u></u>	<u><u>96.950</u></u>	<u><u>(195.259)</u></u>	<u><u>(26.920)</u></u>	<u><u>2.925.794</u></u>
<b>Total</b>	<u><u>4.084.330</u></u>	<u><u>(108.386)</u></u>	<u><u>163.828</u></u>	<u><u>(195.259)</u></u>	<u><u>(48.234)</u></u>	<u><u>3.896.279</u></u>
<b>Circulante</b>	<b>149.589</b>					<b>525.236</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.934.741</b>					<b>3.371.043</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

## Notas Explicativas

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2021	31/12/2020	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo</b>					
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Pós Fixado</b>					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74% (a)	985.061	978.388	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
<b>Total moeda nacional</b>		<b>985.061</b>	<b>978.388</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>		<b>(14.577)</b>	<b>(15.775)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo</b>					
<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Dólar</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,88% e 0,99%	291.752	375.993	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 1,96% a 3,66%	1.176.554	1.236.282	2020 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>1.468.305</b>	<b>1.612.275</b>		
<b>Euro</b>					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + 0,43% a 0,79%	1.425.117	1.547.419	2022 a 2023	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<b>1.425.117</b>	<b>1.547.419</b>		
<b>Marcação a mercado</b>		<b>32.372</b>	<b>(37.977)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>2.925.794</b>	<b>3.121.717</b>		
<b>Total</b>		<b>3.896.279</b>	<b>4.084.330</b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 30 de junho de 2021 as perdas acumuladas não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 32.372 (ganhos de R\$ 37.977 em 31 de dezembro de 2020), deduzido dos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 60.823 (R\$ 28.099 em 31 de dezembro de 2020), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 28.451 (R\$ 66.076 em 31 de dezembro de 2020).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2022	220.104
2023	1.802.005
2024	269.034
2025	497.987
2026	105.871
2027	452.520
<b>Subtotal</b>	<b>3.347.520</b>
Marcação a mercado	23.523
<b>Total</b>	<b>3.371.043</b>

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 17 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2021
<b>Mensuradas ao custo</b>				
<b>Pós fixado</b>				
CDI	1.382.428	18.721	(16.450)	1.384.699
IPCA	804.799	52.429	(18.177)	839.051
<b>Total ao custo</b>	<b>2.187.227</b>	<b>71.150</b>	<b>(34.627)</b>	<b>2.223.750</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(10.816)</b>	<b>875</b>	<b>-</b>	<b>(9.941)</b>
<b>Total</b>	<b>2.176.411</b>	<b>72.025</b>	<b>(34.627)</b>	<b>2.213.809</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.119</b>			<b>15.845</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.163.292</b>			<b>2.197.964</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

## Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros anuais</u>		<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Faixa de vencimento</u>	<u>Garantia</u>
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	107% do CDI	(a)	1.384.699	1.382.428	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 4,42% a 5,05%	(b)	839.051	804.799	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia
	<b>Total</b>		<b><u>2.223.750</u></b>	<b><u>2.187.227</u></b>		
	Gastos com captação (*)		(9.941)	(10.816)		
<b>Total</b>			<b><u>2.213.809</u></b>	<b><u>2.176.411</u></b>		

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

### Taxa efetiva a.a.:

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2022	250.100
2023	898.608
2024	898.795
2025	49.970
2026	49.970
2027	50.522
<b>Total</b>	<b><u>2.197.964</u></b>

### Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

## Notas Explicativas

### ( 18 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

#### 18.1 – Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2020</b>	<b>2.158.595</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	80.025
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(136.164)
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2021</b>	<b>2.102.455</b>
Outras contribuições	7.900
<b>Total passivo</b>	<b>2.110.355</b>
Circulante	250.139
Não circulante	1.860.216

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	<b>1º Semestre 2021</b>	<b>1º Semestre 2020</b>
Custo do serviço	838	704
Juros sobre obrigações atuariais	265.090	226.244
Rendimento esperado dos ativos do plano	(185.904)	(168.611)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	3.346
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>80.025</b>	<b>61.683</b>

#### Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,31% a.a.	5,31% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca (-30)
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

**Notas Explicativas****( 19 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.453	1.115
Conta de desenvolvimento energético - CDE	28.645	1.318
Bandeiras tarifárias e outros	<u>67.067</u>	<u>39.043</u>
<b>Total</b>	<b><u>97.166</u></b>	<b><u>41.476</u></b>

**Bandeiras tarifárias e outros:** O saldo em 30 de junho de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em junho de 2021 e não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT"). O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e homologada durante o primeiro trimestre de 2021.

**( 20 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	120.666	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	<u>34.483</u>	<u>5.157</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b><u>155.149</u></b>	<b><u>5.157</u></b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	281.706	305.905
Programa de integração social - PIS	13.051	12.352
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	60.459	57.227
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	15.556
Outros	<u>15.249</u>	<u>15.063</u>
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b><u>370.465</u></b>	<b><u>406.104</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>525.614</u></b>	<b><u>411.261</u></b>

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**( 21 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
<b>Trabalhistas</b>	76.332	22.070	72.655	23.728
<b>Cíveis</b>	59.815	19.322	65.438	20.574
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda	-	257.745	-	255.118
Outras	<u>2.306</u>	<u>96.284</u>	<u>3.098</u>	<u>97.433</u>
	<u>2.306</u>	<u>354.029</u>	<u>3.098</u>	<u>352.551</u>
<b>Outros</b>	769	-	760	-
<b>Total</b>	<b><u>139.222</u></b>	<b><u>395.422</u></b>	<b><u>141.951</u></b>	<b><u>396.854</u></b>

## Notas Explicativas

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2021
Trabalhistas	72.655	3.886	(1.084)	(2.775)	3.650	76.332
Cíveis	65.438	15.478	(3.022)	(23.688)	5.608	59.815
Fiscais	3.098	6	(23)	(795)	20	2.306
Outros	760	-	-	-	9	769
<b>Total</b>	<b>141.951</b>	<b>19.371</b>	<b>(4.129)</b>	<b>(27.259)</b>	<b>9.288</b>	<b>139.222</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	30/06/2021	31/12/2020	Principais causas
Trabalhistas	125.498	113.315	Acidentes de trabalhos, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	585.215	536.279	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.652.395	1.659.044	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	510.110	471.673	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	45.807	23.995	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômica-financeira
<b>Total</b>	<b>2.919.025</b>	<b>2.804.307</b>	

**Fiscais** - Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação GESP ("Vivest") no montante estimado de R\$ 1.502.007 havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 23.136 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.855.358, nos termos exigidos pela legislação processual. Adicionalmente, discute-se juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 257.103 e que se encontram depositados em juízo. Em 23 de maio, 06 de junho e 17 de setembro de 2019, o recurso especial do principal processo foi julgado perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a Companhia, cuja decisão foi publicada em seu integral teor em 26 de junho de 2020, sobre o qual foram opostos embargos de declaração em 04 de agosto de 2020, que aguardam julgamento. Adicionalmente, a Companhia possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 3 de agosto de 2021, foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao Agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão será objeto de recurso para o colegiado da Segunda Turma, quando todos os demais Ministros terão a oportunidade de avaliar o recurso. Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF e na opinião de seus assessores legais, a Companhia permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

## Notas Explicativas

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão definitiva do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Consumidores e concessionárias	50.400	50.913	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	193.520	175.297	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	89.752	93.064	19.939	9.199
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	23.245	15.546	-	-
Adiantamentos	21.231	56.502	5.070	5.863
Descontos tarifários - CDE	3.036	6.921	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	161	161	-	-
Folha de pagamento	4.113	7.332	-	-
Participação nos lucros	19.507	29.862	3.645	5.155
Convênios de arrecadação	45.375	49.953	-	-
Outros	17.405	5.449	1.263	1.334
<b>Total</b>	<b>467.743</b>	<b>490.999</b>	<b>29.918</b>	<b>21.552</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Os recolhimentos a CDE serão realizados no dia 10 de cada mês, sendo que o primeiro recolhimento foi realizado no mês de abril de 2021.

### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	880.653.030	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	1	1	-
<b>Total</b>	<b>880.653.031</b>	<b>880.653.031</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

### 23.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020, sem emissão de novas ações.

### 23.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP")

Na AGO/E de 29 de abril de 2021, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2020, através de (i) dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$ 142.692, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,162029625; (ii) Juros sobre Capital Próprio ("JCP"), no valor total de R\$ 103.707 atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,117761099 (R\$ 0,100096934 líquido dos efeitos tributários).

No primeiro semestre de 2021, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 142.692 referente a dividendos e R\$ 88.151 referente a Juros sobre capital próprio, totalizando R\$ 230.843.

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 (nota 23).

## ( 24 ) LUCRO POR AÇÃO

### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	309.863	556.676	156.934	465.593
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031	880.653.031	880.653.031
<b>Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,35</b>	<b>0,63</b>	<b>0,18</b>	<b>0,53</b>

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

## Notas Explicativas

**( 25 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.923.301	3.991.534	1.554.282	3.368.246
Industrial	338.202	684.512	260.875	588.662
Comercial	636.911	1.351.165	520.920	1.246.652
Rural	165.545	294.388	112.003	216.928
Poderes públicos	98.822	203.587	79.136	186.717
Iluminação pública	124.829	233.030	99.542	202.030
Serviço público	194.462	381.728	162.364	325.575
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>3.482.072</b>	<b>7.139.944</b>	<b>2.789.122</b>	<b>6.134.809</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(63.858)	(38.406)	(28.444)	(25.485)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.570.366)	(3.205.314)	(1.253.846)	(2.724.789)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.847.848</b>	<b>3.896.224</b>	<b>1.506.832</b>	<b>3.384.535</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	14.642	29.308	12.936	29.369
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(2.554)	(5.041)	(2.026)	(3.894)
Energia elétrica de curto prazo	260.393	329.261	98.292	201.930
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>272.481</b>	<b>353.528</b>	<b>109.202</b>	<b>227.405</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.572.920	3.210.355	1.255.872	2.728.683
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	521.819	1.012.258	355.650	764.347
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(7.571)	(22.712)	(4.737)	(13.673)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	303.210	549.436	215.029	385.332
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	379.131	482.690	173.145	(18.100)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	88.584	187.688	(25.161)	30.503
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	143.540	277.900	151.797	275.143
Outras receitas e rendas	60.524	117.570	47.229	96.611
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>3.062.157</b>	<b>5.815.185</b>	<b>2.168.824</b>	<b>4.248.846</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>5.182.485</b>	<b>10.064.937</b>	<b>3.784.858</b>	<b>7.860.785</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(714.411)	(1.486.931)	(562.834)	(1.251.593)
PIS	(75.741)	(150.663)	(59.184)	(123.240)
COFINS	(351.563)	(696.657)	(272.606)	(567.653)
ISS	(167)	(296)	(135)	(275)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(467.846)	(944.682)	(398.499)	(841.263)
Programa de P & D e eficiência energética	(30.921)	(59.157)	(22.580)	(46.729)
PROINFA	(25.005)	(44.933)	(18.610)	(40.462)
Bandeiras tarifárias e outros	(31.017)	(33.850)	43	100.201
Outros	(4.360)	(7.706)	(3.081)	(6.161)
	<b>(1.701.030)</b>	<b>(3.424.875)</b>	<b>(1.337.486)</b>	<b>(2.777.176)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.481.454</b>	<b>6.640.062</b>	<b>2.447.372</b>	<b>5.083.610</b>

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica - em GWh</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	2.433	5.158	2.320	4.885
Industrial	488	1.009	417	951
Comercial	853	1.855	797	1.898
Rural	311	554	265	497
Poderes públicos	141	298	127	303
Iluminação pública	254	505	253	505
Serviço público	316	631	312	620
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>4.796</b>	<b>10.010</b>	<b>4.491</b>	<b>9.659</b>
Consumo próprio	5	11	5	10
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>4.803</b>	<b>10.022</b>	<b>4.496</b>	<b>9.669</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	46	91	48	101
Energia elétrica de curto prazo	1.188	1.632	1.338	1.914
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>1.234</b>	<b>1.723</b>	<b>1.386</b>	<b>2.015</b>

## Notas Explicativas

<b>Nº de Consumidores</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>30/06/2020</b>
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	4.335.366	4.221.081
Industrial	26.637	26.959
Comercial	237.447	242.093
Rural	80.886	81.581
Poderes públicos	29.045	28.604
Iluminação pública	6.492	8.664
Serviço público	5.235	5.105
Consumo próprio	465	453
<b>Total</b>	<b><u>4.721.573</u></b>	<b><u>4.614.540</u></b>

### 25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

### 25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 2.854, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 17,62%, sendo 19,53% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,91% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 8,95%.

Como o reajuste tarifário foi postergado até o dia 22 de abril de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2.831/2021, para que fossem finalizados os cálculos pela ANEEL, as tarifas apresentadas na Resolução Homologatória nº 2.670/2020 ficaram vigentes até o dia 21 de abril de 2021.

Em 08 de abril de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.670/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 14,90%, sendo 6,09% referentes ao reajuste tarifário econômico e 8,80% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 6,05%.

### 25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No primeiro semestre de 2021 e 2020, foi registrada receita de R\$ 277.900 (R\$ 275.143 no primeiro semestre de 2020), sendo (i) R\$ 39.170 (R\$ 59.127 no primeiro semestre de 2020) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 212.991 (R\$ 205.983 no primeiro semestre de 2020) referentes a descontos tarifários, (iii) R\$ 25.739 (R\$ 9.999 no primeiro semestre de 2020) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 34 no primeiro semestre de 2020 de desconto tarifário – liminares.

### 25.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.814, de 01 de dezembro de 2020, (“REH”) nº 2.833, de 17 de fevereiro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro e fevereiro de 2021, respectivamente.

A REH nº 2.834, de 02 de março de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com vigência a partir da competência de março de 2021 até a aprovação do orçamento anual da CDE 2021 e respectivas quotas anuais.

A REH nº 2.864, de 05 de maio de 2021, efetuou a homologação definitiva das quotas de 2021.

**Notas Explicativas****( 26 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b><u>Energia comprada para revenda</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	367.154	801.407	455.894	863.122
PROINFA	41.480	88.553	36.242	68.911
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.549.242	2.792.121	1.095.095	2.234.006
Crédito de PIS e COFINS	(172.649)	(323.499)	(143.878)	(285.359)
<b>Subtotal</b>	<b>1.785.226</b>	<b>3.358.582</b>	<b>1.443.352</b>	<b>2.880.680</b>
<b><u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u></b>				
Encargos da rede básica	333.297	685.684	221.824	467.087
Encargos de transporte de itaipu	38.994	75.916	32.821	64.036
Encargos de conexão	8.310	15.627	7.281	14.144
Encargos de uso do sistema de distribuição	5.181	9.935	4.273	8.562
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	97.446	262.681	(104.553)	(97.178)
Encargos de energia de reserva - EER	43.702	59.942	55.375	55.375
Crédito de PIS e COFINS	(48.740)	(102.653)	(20.074)	(47.361)
<b>Subtotal</b>	<b>478.190</b>	<b>1.007.131</b>	<b>196.948</b>	<b>464.665</b>
<b>Total</b>	<b>2.263.416</b>	<b>4.365.713</b>	<b>1.640.300</b>	<b>3.345.345</b>

(\*) Conta de energia de reserva

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b><u>Energia comprada para revenda - GWh</u></b>				
Energia de Itaipu Binacional	1.164	2.319	1.214	2.432
PROINFA	122	227	119	233
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	5.520	11.172	5.366	10.951
<b>Total</b>	<b>6.806</b>	<b>13.719</b>	<b>6.699</b>	<b>13.616</b>

## Notas Explicativas

### (27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Trimestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	76.144	67.925	-	-	10.524	10.816	21.029	20.272	-	-	107.698	99.013
Entidade de previdência privada	40.012	30.445	-	-	-	-	-	-	-	-	40.012	30.445
Material	19.382	17.376	184	302	119	166	687	1.547	-	-	20.372	19.391
Serviços de terceiros	40.567	30.216	450	706	33.720	30.504	31.110	35.988	-	-	105.847	97.414
Custos com construção da infraestrutura	-	-	303.210	215.029	-	-	-	-	-	-	303.210	215.029
Outros	923	466	35	11	11.077	11.148	17.617	20.338	7.379	3.780	37.031	35.744
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	11.165	11.081	-	-	-	-	11.165	11.081
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	601	515	-	-	601	515
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.658	1.672	-	-	1.658	1.672
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	13.956	13.117	-	-	13.956	13.117
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	451	1.566	-	-	451	1.566
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.600	2.892	6.600	2.892
Outros	923	466	35	11	(87)	67	951	3.468	779	888	2.601	4.901
<b>Total</b>	<b>177.028</b>	<b>146.428</b>	<b>303.878</b>	<b>216.049</b>	<b>55.440</b>	<b>52.634</b>	<b>70.444</b>	<b>78.145</b>	<b>7.379</b>	<b>3.780</b>	<b>614.168</b>	<b>497.035</b>

	1º Semestre											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal	148.241	137.025	-	-	20.910	23.278	40.655	39.455	-	-	209.806	199.758
Entidade de previdência privada	80.025	61.683	-	-	-	-	-	-	-	-	80.025	61.683
Material	37.869	30.968	341	442	161	507	1.836	5.993	-	-	40.208	37.910
Serviços de terceiros	76.306	60.107	930	1.259	67.021	62.839	63.284	63.304	-	-	207.541	187.509
Custos com construção da infraestrutura	-	-	549.436	385.332	-	-	-	-	-	-	549.436	385.332
Outros	1.457	818	57	12	22.152	22.949	36.494	42.941	8.059	10.089	68.219	76.810
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	22.182	22.801	-	-	-	-	22.182	22.801
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	1.070	991	-	-	1.070	991
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.742	2.778	-	-	2.742	2.778
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	26.695	30.354	-	-	26.695	30.354
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	788	1.892	-	-	788	1.892
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	6.492	8.389	6.492	8.389
Outros	1.457	818	57	12	(30)	148	5.198	6.926	1.566	1.700	8.249	9.605
<b>Total</b>	<b>343.898</b>	<b>290.601</b>	<b>550.763</b>	<b>387.044</b>	<b>110.245</b>	<b>109.573</b>	<b>142.268</b>	<b>151.693</b>	<b>8.059</b>	<b>10.089</b>	<b>1.155.232</b>	<b>948.998</b>

**Notas Explicativas****( 28 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	2021		2020	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	7.778	13.654	20.777	31.908
Acréscimos e multas moratórias	38.534	78.841	33.837	72.870
Atualização de créditos fiscais	4.752	5.335	-	951
Atualização de depósitos judiciais	2.473	3.989	2.440	5.735
Atualizações monetárias e cambiais	32.629	62.652	24.749	130.742
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.067	2.123	1.055	3.019
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	3.307	3.307	3.807	8.974
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(5.052)	(9.143)	(3.806)	(7.759)
Outros	6.431	12.276	4.348	8.913
<b>Total</b>	<b>91.918</b>	<b>173.034</b>	<b>87.208</b>	<b>255.352</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(47.324)	(92.017)	(51.529)	(102.010)
Atualizações monetárias e cambiais	(59.483)	(124.363)	2.125	(21.062)
(-) Juros capitalizados	3.626	7.054	2.735	5.030
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	2.750	-	-	-
Outros	(3.780)	(7.122)	(5.217)	(10.360)
<b>Total</b>	<b>(104.211)</b>	<b>(216.447)</b>	<b>(51.886)</b>	<b>(128.402)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(12.293)</b>	<b>(43.413)</b>	<b>35.322</b>	<b>126.950</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 176.240 no primeiro semestre de 2021 (ganhos de R\$ 869.129 no primeiro semestre de 2020) (nota 31).

**( 29 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 3.172 (R\$ 4.439 no primeiro semestre de 2020). Este valor é composto por R\$ 3.056 (R\$ 4.266 no primeiro semestre de 2020) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 116 (R\$ 173 no primeiro semestre de 2020) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:**

Empresas	Passivo	Despesa / Custo	
	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	37.274	55.252
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	100	-	145

## Notas Explicativas

## Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / custo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020	1º Semestre 2021	1º Semestre 2020
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	8	-	7	-	-	-	(65)	(68)
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	1	-	-	-	-	(1)	(1)
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.151	1.045	1.372	1.283	-	-	1.860	959
Companhia Jaguari de Energia	662	576	186	208	-	-	(2.764)	(2.745)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	2.263	1.868	320	345	-	-	(11.112)	(10.993)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(28)	(73)
CPFL Energia S.A.	93	58	-	-	-	-	(418)	(359)
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	-	-	(1)	-
CPFL Renováveis - Consolidado	6	-	31	-	-	-	(107)	(74)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	37	-	1	-	-	-	(18)	-
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(8)	(9)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	2	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
<b>Arrendamento e aluguel</b>								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	104	101	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	503	487	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	61	59	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	61	59	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	37	107	-	-
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
Sul Geradora Participações	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Renováveis - Consolidado	110	-	-	-	187	109	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	45	-	-	-	27	204	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	161	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	13	13	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL GD S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	230.843	-	-	-	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	131	131	-	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	212	-	2	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	1.338	1.120	28.986	21.269	-	95	130.178	27.793
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	21	21	2.748	2.805	-	-	17.477	12.687
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda	-	-	541	509	-	-	3.240	2.843
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	4	27	-	-	55	23	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	1.515	-	-	-	5.630	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	978	1.083	-	85	-	2.522
CPFL GD S.A.	-	-	-	978	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	538	468	-	-	3.084	2.608
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	417	436	-	-	2.599	2.087
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	702	418	-	-	3.276	2.827
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	19	-	-	105	121	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	20	-	-	112	134	-	-
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.877	1.617	-	-	9.569	7.748	-	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	20	22	-	-	127	76.546
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	19.401	11.339	-	-	44.148	122
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	379	362	-	-	2.026	14.931
Campos Novos Energia S.A.	-	-	56.732	44.888	-	-	149.501	1.995
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	14.391	11.344	-	-	75.790	126.067
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	35.836	29.020	-	-	186.906	64.312
CPFL Renováveis - Consolidado	357	333	18.170	14.505	3.098	3.030	96.413	160.025
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	6	6	-	-	-	-	-	6.393
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	302	284	-	-	4.988	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	63	62	-	-	6.084	4.889
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	568	1.892

## (\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 16.258 no primeiro semestre de 2021 (R\$ 26.260 no primeiro semestre de 2020), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## Notas Explicativas

### ( 30 ) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### ( 31 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2021	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	786.394	786.394
Derivativos	31	(a)	Nível 2	452.648	452.648
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.599.778	4.599.778
<b>Total</b>				<b>5.838.819</b>	<b>5.838.819</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	970.485	970.485
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	2.925.794	2.925.794
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	2.213.809	2.194.554
<b>Total</b>				<b>6.110.088</b>	<b>6.090.833</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 70.349 no 1º Semestre de 2021 (um ganho de R\$ 110.286 no 1º Semestre de 2020).

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de

## Notas Explicativas

Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2021, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no primeiro semestre de 2021 de R\$ 194.712 (R\$ 33.936 no primeiro semestre de 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o semestre findo em 30 de junho de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Empréstimos bancários - Lei 4.131	312.009	312.009	260.542	51.467	US\$ + (Libor 3 meses + 0,99%) ou (2,39% a 3,66%)	106,4% a 116% do CDI ou CDI + 0,80% a 0,89%	mai/19 a fev/25	1.202.072
Empréstimos bancários - Lei 4.131	140.638	140.638	131.282	9.356	Euro + 0,43% a 0,79%	103,5% do CDI ou CDI + 0,58 a 1,10%	fev/22 a mar/23	1.289.379
<b>Total</b>	<b>452.647</b>	<b>452.647</b>	<b>391.824</b>	<b>60.823</b>				
Circulante	125.389							
Não circulante	327.259							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

## Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2020	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado		Saldo em 30/06/2021
			Liquidação	
<b>Derivativos</b>				
Para dívidas designadas a valor justo	615.544	(203.101)	(20.619)	391.824
Marcação a mercado (*)	28.099	32.724	-	60.823
<b>Total</b>	<b>643.643</b>	<b>(170.377)</b>	<b>(20.619)</b>	<b>452.647</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>22.459</b>			<b>125.389</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>621.184</b>			<b>327.259</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2021 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: ganho de R\$ 32.724, para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro semestre de 2021 e 2020, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente		
	2021		2020		2021		2020
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	1º Semestre
Variação cambial	(468.487)	(203.101)	243.317	831.760	-	-	-
Marcação a mercado	113.892	26.861	(33.443)	37.369	4.922	5.863	(108)
<b>Total</b>	<b>(354.595)</b>	<b>(176.240)</b>	<b>209.874</b>	<b>869.129</b>	<b>4.922</b>	<b>5.863</b>	<b>(108)</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA e SELIC),

## Notas Explicativas

conforme demonstrado:

### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2021 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apresiasião cambial de 25%(c)	Apresiasião cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.501.720)		(80.126)	315.335	710.797
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.538.253		82.076	(323.006)	(728.088)
	<b>36.534</b>	baixa dolar	<b>1.949</b>	<b>(7.672)</b>	<b>(17.292)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.424.075)		(88.770)	289.441	667.652
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.449.952		90.384	(294.700)	(679.784)
	<b>25.878</b>	baixa euro	<b>1.613</b>	<b>(5.260)</b>	<b>(12.133)</b>
<b>Total</b>	<b>62.411</b>		<b>3.563</b>	<b>(12.931)</b>	<b>(29.424)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>812</b>	<b>(3.119)</b>	<b>(7.050)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>2.750</b>	<b>(9.812)</b>	<b>(22.374)</b>

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.06.2021 foi de R\$ 5,00 para o dólar e R\$ 5,93 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,27 e R\$ 6,30 e a depreciação cambial de 5,34% e 6,23%, do dólar e do euro respectivamente em 30.06.2021.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2021 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	758.601				49.916	62.395	74.874
Instrumentos financeiros passivos	(1.384.699)				(91.113)	(113.892)	(136.670)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.535.559)				(166.840)	(208.550)	(250.260)
	<b>(3.161.657)</b>	alta CDI	<b>2,27%</b>	<b>6,58%</b>	<b>(208.037)</b>	<b>(260.047)</b>	<b>(312.056)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.824.112)				(102.150)	(76.613)	(51.075)
Ativo financeiro da concessão	4.599.778				257.588	193.191	128.794
	<b>2.775.666</b>	baixa IPCA	<b>8,35%</b>	<b>5,60%</b>	<b>155.438</b>	<b>116.578</b>	<b>77.719</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	658.856				43.353	32.515	21.676
	<b>658.856</b>	baixa SELIC	<b>2,27%</b>	<b>6,58%</b>	<b>43.353</b>	<b>32.515</b>	<b>21.676</b>
<b>Total</b>	<b>272.865</b>				<b>(9.246)</b>	<b>(110.954)</b>	<b>(212.661)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>(282)</b>	<b>(352)</b>	<b>(423)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(8.964)</b>	<b>(110.602)</b>	<b>(212.238)</b>

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma receita de R\$ 174.954.

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e

## Notas Explicativas

de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<b>Classe</b>	<b>Dias</b>	<b>Período</b>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

### Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

## Notas Explicativas

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31 b). A Administração não identificou para o primeiro semestre de 2021 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

### **(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía um valor de R\$ 7.054 (R\$ 5.030 no primeiro semestre de 30 de junho de 2020) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda no primeiro semestre de 2021, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 no primeiro semestre de 2020), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2020.

**Notas Explicativas**

---

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

---

**LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO**  
Presidente

**YUEHUI PAN**  
Vice Presidente

**LUIZ HENRIQUE DE SOUZA**  
Conselheiro

---

---

**DIRETORIA**

---

---

**ROBERTO SARTORI**  
Diretor Presidente

**YUEHUI PAN**  
Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

**RAFAEL LAZZARETTI**  
Diretor Comercial

**OSVANIL OLIVERIA PEREIRA**  
Diretor de Operações

**ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA**  
Diretor de Assuntos Regulatórios

**FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO**  
Diretor Administrativo

---

---

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

---

---

**SÉRGIO LUIS FELICE**  
Diretor de Contabilidade  
CT CRC 1SP192.767/O-6

**ANA PAULA PERESSIM DE PAULO**  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras  
CT CRC 1SP217200/O-6

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial -

KPMG Auditores Independentes  
Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí  
13024-001 - Campinas/SP – Brasil  
Edifício Dahruj Tower  
Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil  
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205  
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da  
Companhia Paulista de Força e Luz  
Campinas - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos  
Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021.

Campinas, 12 de agosto de 2021.

Roberto Sartori  
Diretor Presidente

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Companhia Paulista de Força e Luz do período findo em 30 de junho de 2021.

Campinas, 12 de agosto de 2021.

Roberto Sartori  
Diretor Presidente

Yuehui Pan  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo  
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras